

VAI UM CAFEZINHO AÍ? AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA EMPRESARIAL NA PRODUÇÃO DE CAFÉ EM MINAS GERAIS

¿QUÉ TAL UNA TAZA DE CAFÉ? AGRICULTURA FAMILIAR Y AGRICULTURA EMPRESARIAL EN LA PRODUCCIÓN DE CAFÉ EN MINAS GERAIS

HOW ABOUT A CUP OF COFFEE? FAMILY FARMING AND CORPORATE FARMING IN COFFEE PRODUCTION IN MINAS GERAIS

Larissa Dulce Moreira ANTUNES¹
Ezequiel REDIN²

RESUMO: Este artigo tem como finalidade analisar o cultivo de café no estado de Minas Gerais, em especial na mesorregião do Noroeste e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Esta cultura é de extrema importância na produção do campo, pois contribui efetivamente para o PIB do país e para a economia do estado mineiro. A importância econômica se reflete em outros âmbitos, como a importância política e estratégica destes espaços produtivos. Nossa proposta é construir uma análise a partir do banco de dados disponibilizado pelo Censo Agropecuário de 2017, último censo realizado em território brasileiro, a fim de traçar um perfil de produtores mineiros e analisar como a agricultura familiar e empresarial estão distribuídas no território mineiro. A análise também elucidada os locais e as formas de produção que mais precisam de ajuda estatal, a partir da implementação de políticas públicas. As conclusões apontam para a presença de uma estrutura agrária desigual que interfere diretamente na forma de produção do café no território analisado.

PALAVRAS CHAVE: Café. Brasil. Minas Gerais. Censo agropecuário de 2017.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar el cultivo del café en el estado de Minas Gerais, especialmente en la mesorregión del Noroeste y en el Valle de Jequitinhonha y Mucuri. Este cultivo es extremadamente importante en la producción del campo, ya que contribuye eficazmente al PIB del país y a la economía del estado de Minas Gerais. La importancia económica se refleja en otros ámbitos, como la importancia política y estratégica de estos espacios productivos. Nuestra propuesta es construir un análisis a partir de la base de datos puesta a disposición por el Censo Agropecuario 2017, el último censo realizado en el territorio brasileño, con el fin de dibujar un perfil de los productores de Minas Gerais y analizar cómo se distribuye la agricultura familiar y empresarial en el territorio de Minas Gerais. El análisis también dilucida los lugares y las formas de producción que más necesitan la ayuda del Estado, a partir de la aplicación de políticas públicas. Las conclusiones apuntan a la presencia de una estructura agraria desigual que interfiere directamente en la forma de producción del café en el territorio analizado.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5285-4150>. E-mail: larissa_dma@hotmail.com

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Unai – MG – Brasil. Professor Adjunto do Instituto de Ciências Agrárias. Doutorado em Extensão Rural (UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3750-8225>. E-mail: ezequiel.redin@ufvjm.edu.br

PALABRAS CLAVE: *Café. Brasil. Minas Gerais. Censo agropecuario 2017.*

ABSTRACT: *This work aims to analyze the cultivation of coffee in Minas Gerais and especially in the Mesoregion of Noroeste and Vale do Jequitinhonha and Mucuri. This crop is extremely important in the field's production, as it effectively contributes to the country's GDP, and to the economy of the state of Minas Gerais. The economic importance is reflected in other areas such as the political and strategic importance of these productive spaces. Our proposal is to build an analysis from the database made available by the 2017 Agricultural Census, the last census carried out in Brazilian territory to draw a profile of Minas Gerais producers and analyze how family and business agriculture are distributed in the territory of Minas Gerais. The analysis also elucidates the places and forms of production that most need state help, based on the implementation of public policies. The conclusions point to the presence of an unequal agrarian structure that directly interferes in the form of coffee production in the analyzed territory.*

KEYWORDS: *Coffee. Brazil. Minas Gerais. 2017 agricultural census.*

Introdução

A importância da cafeicultura no país antecede ao Brasil Republicano. Apesar de ter se transformado na maior fonte de riqueza nacional depois de 1850, as primeiras produções de café no território foram identificadas desde o ano de 1802. Estas produções ocorreram em pequenas chácaras situadas em Resende e no Vale do Paraíba, província do Rio de Janeiro. Algum tempo depois, o cultivo se espalhou por diversas vilas também do Rio de Janeiro, tais como Vassouras, São João do Príncipe, Valença e Canta Galo.

A economia cafeeira é uma economia fronteira, que necessitava expansão para novas terras e assim foi se alargando até chegar a São Paulo e, muito tempo depois, ao território de Minas Gerais. Segundo a historiografia, a partir da década de 1840, o café ultrapassou a principal fonte de renda do país, a cana de açúcar (MOREIRA, 2007). A expansão das plantações e as demandas externas impunham a necessidade de intensa mão de obra produtiva, única forma de manter uma produção de larga escala, uma vez que o país recebia pouco ou quase nenhum investimento em infra-estrutura, maquinaria e trabalhadores especializados.

As primeiras quedas do sistema cafeeiro ocorreram a partir dos anos 1880 e, em 1882 o país sofreu com a primeira crise nacional de café, momento em que a produção supera o consumo mundial, fomentando a queda dos preços no mercado internacional. A saída encontrada para repor os preços do mercado foi um intenso processo de desvalorização

continua da moeda do país para favorecer a exportação e a compra de parte da produção pelo Estado. O café comprado pelo estado era estocado e somente comercializado quando o produto se encontrava em falta, caso contrário era queimado.

É importante salientar que essa política de desvalorização da moeda em benefício do café tinha como intuito preservar o lucro destes produtores. Os fazendeiros recebiam em dólar, enquanto a população presenciava o dinheiro público sendo utilizado para financiar os cafeicultores. Com isso, a desvalorização da moeda ocasionava nas classes mais baixas o aumento do custo de vida.

A crise de 1929, que começou pela quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos da América se espalhou pelo mundo atingindo também de maneira catastrófica o país. Nesta época, a produção de café respondia por 70% da produção. As grandes fazendas cafeeiras foram desmontadas, diversificou-se a economia, passando gradativamente a predominar o capital industrial. A cafeicultura deixou de representar o suporte da economia nacional, até então ancorada em um modelo exportador estruturado sob o latifúndio com mão de obra abundante e barata. Mesmo com essas transformações, o café continuou a ser nas décadas seguintes o principal produto agrícola disponibilizado ao mercado externo.

Ainda assim, muitos cafeicultores durante a primeira república acumularam fortuna e conseguiram diversificar seus investimentos, direcionando parte de seus capitais para a montagem de bancos e indústrias. O poder econômico, político e social dos produtores influenciou de certa forma em distintos setores do país, ora mais ora menos, de acordo com as condições econômicas.

Desde o período denominado como Brasil Império, a economia cafeeira se apresenta como parte constituinte da historiografia do país, sendo ainda uma cultura extremamente importante e cultivada por vários estados. A seguir, podemos observar como a produção se concentra no território de acordo com o último Censo Agro do país.

O presente artigo tem como objetivo traçar algumas análises a partir do Censo Agropecuário do cultivo de café no Brasil, publicado em 2017, em especial no estado de Minas Gerais. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, a partir da análise destes dados secundários. A divisão foi estruturada em três partes seguindo da conclusão. A primeira parte diz respeito ao cultivo do café no Brasil, realizando um breve apanhado histórico, em seguida, o artigo explicita sobre o cultivo no estado de Minas Gerais, na terceira parte, realiza-se uma discussão em torno destes estabelecimentos rurais, por fim, são tecidas as considerações finais.

O Cultivo do café no Brasil.

Para analisarmos os dados que estarão distribuídos ao longo do artigo, é importante fazer um breve apanhado do histórico, a fim de discutirmos sobre o que é e como atua o Censo Agropecuário no nosso país.

Censo é o nome conferido a um método de pesquisa estatística, no qual há o levantamento de dados importantes para compreensão de um determinado universo. Para a execução do Censo Agropecuário do Brasil, são visitados mais de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários. Define-se como estabelecimento agropecuário toda a unidade de produção e exploração dedicada a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Podendo ser ao mesmo tempo para venda ou subsistência independentemente de seu tamanho ou da sua localização, pois ambientes com essas características também estão presentes em perímetros urbanos.

Na execução do Censo agropecuário uma lista de dados é coletada. As informações permitem avaliar a dinâmica e o índice de produção da atividade agropecuária brasileira, bem como gerar estudos sobre a expansão das fronteiras agrícolas, compreender as transformações que resultam das inovações tecnológicas, além de enriquecer a produção de indicadores ambientais, essenciais no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Os resultados do Censo Agro são fundamentais e insubstituíveis para análises comparativas de indicadores agropecuários e ambientais entre os órgãos nacionais e internacionais. São também decisivos para a criação e execução das políticas públicas, estudos acadêmicos, desenvolvimento de projetos e decisões de investimentos provenientes das empresas públicas e privadas.

Em território brasileiro, o Censo Agropecuário ainda é o mais importante e mais completo meio de investigação estatística sobre a produção agropecuária. As perguntas do censo abrangem aspectos em relação à estrutura, investigando as características do estabelecimento, da área, da produção e de aspectos internos relacionados ao produtor e aos trabalhadores.

Na década de 1920, foi realizado o primeiro Censo Agropecuário do país. Nesta época específica, o censo era parte integrante do Recenseamento Geral. Na década seguinte, segundo a historiografia (FREITAS, 2003; MILLIET, 1982; MORAES, 1989), sob comando de Getúlio Vargas em 1930, a pesquisa foi suspensa por motivos de ordem política e institucional. Dos anos de 1940 até 1970, o levantamento ocorria a cada dez anos e, a partir da década de 1970, passou a ser quinzenal. Neste período exato, o censo era realizado no

início dos anos de final 1 e 6 e referido aos anos de final 0 e 5. Vale salientar que no Censo Agropecuário 1995-1996, as informações foram referidas ao ano-safra (agosto de 1995 a julho de 1996).

Passado os anos, em 2006, a referência dos dados voltou a ser o ano civil. O ano de 2006 é um marco na história desse levantamento, tanto pela inovação tecnológica introduzida na etapa da operação de campo, com a substituição do questionário em papel pelo questionário eletrônico desenvolvido em computador de mão, o Personal Digital Assistant - PDA, quanto pelo refinamento metodológico, especialmente no que diz respeito à reformulação de seu conteúdo e à incorporação de novos conceitos. Nessa edição, também foi inserido o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - Cnefe, cuja estrutura engloba a descrição detalhada dos endereços dos domicílios e dos estabelecimentos agropecuários, as coordenadas geográficas de todos os domicílios e estabelecimentos (agropecuário, religioso, de ensino, de saúde e de outras finalidades) da área rural, responsável por proporcionar contribuição ao planejamento de futuras pesquisas do IBGE.

A presente análise será realizada a partir do último censo agro realizado, o censo de 2017. Em linhas gerais, o Censo Agropecuário 2017, voltou a ter como referência o ano-safra (outubro de 2016 a setembro de 2017), mas em período distinto daquele adotado no Censo Agropecuário 1995-1996. Conforme indica o site do governo, no levantamento de 2017, foram introduzidas novas tecnologias para o controle da coleta, tais como: lista prévia de endereços, utilização de imagens de satélite nos dispositivos móveis de coleta para melhor localização do recenseador em relação ao terreno e uso de coordenadas do endereço e do local de abertura do questionário, as quais permitiram melhor cobertura e avaliação do trabalho.

Para efeito de contextualização, devemos explicitar que atualmente a periodicidade da pesquisa é quinquenal, mas os levantamentos são de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010. Não foi realizado o levantamento de dados nestas datas devido a cortes orçamentários do governo: o Censo Agropecuário 1990 não ocorreu; o levantamento de 1995 foi realizado em 1996 junto com a Contagem da População; o de 2000 não foi realizado; o de 2005 foi a campo em 2007 junto, mais uma vez, com a Contagem da População; o de 2010 não foi realizado; e o de 2015 foi a campo em 2017, conforme disponibilizado no site do governo.

A importância do Censo Agropecuário para o país é imensurável. Isto porque as estatísticas advindas de pesquisas como essas permitem traçar um retrato bem mais completo da realidade social, econômica e ambiental de um país. Também podem funcionar como uma

base de dados que descreve, explica e demonstra a partir de uma perspectiva histórica a evolução da estrutura agrária do país tendo em vista os 101 anos de aplicação desde o primeiro censo brasileiro. Sendo suporte para o avanço e desenvolvimento tecnológico e o estabelecimento de políticas públicas que correspondam às condições demográficas do país.

Abaixo segue a primeira tabela com os estados brasileiros que participam mais ativamente da produção de café no Brasil.

Tabela 1 – Dez maiores estados produtores brasileiros de Café Grão (verde) - Arábica (ton) e dez maiores estados em estabelecimentos de Café Grão (verde) - Arábicano Brasil

Estados	Quantidade Produzida (ton.)	Estados	Estabelecimentos
Minas Gerais	1.500.344,011	Minas Gerais	119.508
São Paulo	221.159,084	Espírito Santo	26.313
Espírito Santo	113.454,440	Bahia	18.211
Paraná	73.857,984	São Paulo	10.417
Bahia	49.131,457	Paraná	9.866
Goiás	12.595,627	Rio de Janeiro	1.696
Rio de Janeiro	8.809,114	Rondônia	524
Rondônia	2.515,390	Pernambuco	333
Distrito Federal	1.544,509	Ceará	310
Mato Grosso	518,930	Mato Grosso	222

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

O Brasil é o maior exportador de café mundial e metade de sua produção é oriunda do estado de Minas Gerais³, com maior concentração da plantação cafeeira na região sul do estado. O clima, solo e altitude são os fatores que propiciam o cultivo da cultura do café nessa região. Segundo o “Mapa Representativo das Regiões Produtoras de Café (2005)”, Minas Gerais, além de ser a maior exportadora do país, é também exportadora das principais fontes de cafés especiais. As plantações se concentram em quase sua totalidade no café Arábica cultivados no território mineiro nas regiões: Sul de Minas, Cerrado de Minas, Chapada de Minas e Matas de Minas.

O Estado de São Paulo ocupa o segundo lugar da produção de café e as plantações

³ Conforme o Governo do Estado de Minas, a divisão do território de Minas Gerais, adotada oficialmente pelo governo estadual, estabelece dez Regiões de Planejamento, listadas a seguir, em ordem alfabética: 1) Alto Paranaíba; 2) Central; 3) Centro-Oeste de Minas; 4) Jequitinhonha/Mucuri; 5) Mata; 6) Noroeste de Minas; 7) Norte de Minas; 8) Rio Doce; 9) Sul de Minas; 10) Triângulo. O número de municípios em cada uma delas é o seguinte: Alto Paranaíba (31), Central (158), Centro-Oeste de Minas (56), Jequitinhonha/Mucuri (66), Mata (142), Noroeste de Minas (19), Norte de Minas (89), Rio Doce (102), Sul de Minas (155) e Triângulo (35).

estão situadas nas regiões de São João da Boa Vista, o equivalente segundo a Agência Brasil de Economia (2018) a 18,8% do total paulista. Os bons índices de produção costumam manter uma estabilidade, pois as fazendas produtoras estão situadas em montanhas que não são afetadas por variações climáticas. Assim como Minas Gerais, a produção paulista se concentra no café Arábica.

O Espírito Santo e o estado de São Paulo há alguns anos se revezam na segunda colocação, pois o café tipo Arábica (grãos verdes) opera com uma bienalidade típica da cultura, que consiste em, no primeiro ano, apresentar uma farta safra e, no segundo, diminuir consideravelmente as toneladas colhidas, primeiramente a safra de grãos verdes e posteriormente a safra com grãos pretos. O tipo do café que é cultivado no Espírito Santo é o café Conilon, que é produzido nas áreas mais quentes ao norte, conhecida como região Conilon Capixaba, e de Arábica ao sul, região conhecida como Montanhas do Espírito Santo.

Os estados que aparecem na tabela abaixo são muito importantes para a produção de café no país, embora sejam menos expressivos do que os três primeiros colocados. O Paraná é estado produtor de café localizado mais ao sul do país. Apenas café Arábica é cultivado em plantações adensadas, que usam variedades adequadas ao clima mais frio da região a sua produção com ênfase no tipo cereja descascado.

O Estado da Bahia está localizado na região nordeste do Brasil, de clima quente e temperaturas mais altas. São duas as regiões produtoras de café no estado: Planalto da Bahia e Cerrado da Bahia, onde se cultiva Arábica. Ao sul do estado também há áreas onde se produz café Conilon (Robusta).

O território goiano, que já é reconhecido nacionalmente por seus altos índices de produtividade agrícola, tem se destacado no ramo como uma nova fronteira do café arábica no país, a chuva abundante na estação chuvosa torna favoráveis o cultivo nesta região.

A produção do café no Brasil se expandiu a partir da Baixada Fluminense e do Vale do Rio Paraíba, que atravessava as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. A cafeicultura no Brasil se beneficiou da estrutura escravista do país, sendo incorporada ao sistema plantation, caracterizado basicamente pela monocultura voltada para a exportação, a mão de obra escrava e o cultivo em grandes latifúndios. Nessa região do Brasil, a produção cafeeira se beneficiou do clima e do solo propícios ao seu desenvolvimento. O fato de ser rota de transporte de mercadorias entre o Rio de Janeiro e as zonas de mineração contribuiu também para a adoção da lavoura cafeeira, já que parte das terras estava desmatada, facilitando inicialmente a introdução das roças de café e beneficiando o escoamento da

produção através das estradas existentes. Estes são alguns dos motivos que tornam favoráveis o cultivo nesta região.

Embora Rondônia não seja um grande produtor como Minas Gerais, por exemplo, eles estão despontando no cultivo dessa cultura. Os cafeicultores do estado, segundo as informações da CONAB (2019) ampliaram a produtividade nos últimos anos com a modernização das lavouras e o investimento em novas mudas mais produtivas.

O Distrito Federal igualmente aparece na lista dos maiores produtores de café brasileiro, o café produzido no Cerrado também tem melhor qualidade para o consumo. Segundo especialistas, a baixa umidade da região dificulta que o grão apodreça e dá um realce ao café. O grão produzido em Brasília é o arábico, que se ambienta melhor com as características climáticas do DF. A safra normalmente é comercializada localmente em alguns estabelecimentos da capital, mas geralmente é vendida para Minas Gerais e São Paulo, onde é torrada e levada para a exportação.

O produtor de Brasília não exporta diretamente, mas vende o produto para ser torrado em outras unidades da Federação e comercializado fora do País. O DF está em décimo lugar no ranking de maiores exportadores nacionais. As características de um café produzido em região onde a seca predomina garantem ao DF qualidades para o consumo. A rentabilidade também incentiva os agricultores. Os números mostram que, ao falar da safra, não há pausa para um cafezinho.

Em Mato Grosso, de acordo com a CONAB (2018), houve crescimento de 4,2% na área e melhora do pacote tecnológico que levaram a um incremento de 16,7% na produção se comparada à safra do ano passado. Foram 105,8 mil sacas do tipo conilon e mil sacas de arábica. Esse aumento ocorreu, principalmente, ao melhor manejo das lavouras, regime chuvoso ideal à cultura e à bienalidade positiva para o ciclo atual. Um dos principais produtores de café é o município de Colniza.

O café tem peculiaridades específicas em relação ao aroma, corpo, acidez e doçura dependendo do local e das particularidades de relevo de onde é produzido. Por conta da dimensão territorial do Brasil, é comum um mesmo Estado ter diferentes tipos de café. Este é o caso do estado de Minas Gerais.

As lavouras cafeeiras estão presentes em 15 Estados brasileiros: Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo. Características de solo, altitude, amplitude térmica e clima são determinantes para a qualidade, porém o

investimento tecnológico também é capaz de dar suporte para a produção.

Em graus distintos, todas essas localidades possuem um alto investimento tecnológico para a produção dessa cultura. Pois a maior parte da produção visa à exportação, por essa razão é necessário ter um controle e uma otimização da produção. Para o agronegócio, isso significa o alto investimento tecnológico com sementes selecionadas, sistema de irrigação cujas regiões apresentam chuvas irregulares, adubação e fertilização além do uso de inibidores de pragas.

Os Estados que possuem o maior número de estabelecimentos rurais, na sua maioria, correspondem aos Estados que mais produzem essa cultura no país. Com a exceção do estado do Ceará e de Pernambuco, todos os outros dez estados desta tabela possuem tanto produções em larga escala, como também um número alto de estabelecimentos que cultivam o café.

Podemos listar duas razões para explicar a afirmativa anterior: a primeira, por conta da agricultura familiar e, a segunda, pelo tipo de café produzido. A agricultura familiar ainda é a principal fonte de alimentos básicos para os brasileiros, diversos produtos indispensáveis como arroz, feijão, leite e café são trabalhados na roça pela unidade produtiva familiar. Por esse motivo, diagnosticamos a presença de muitos estabelecimentos produtores de café no país.

As lavouras cafeeiras estão presentes em muitas comunidades da agricultura familiar, sendo o café a sua principal fonte de renda durante décadas, principalmente das famílias que produzem a maioria dos alimentos do seu consumo. O café não tem tempo de validade, o que facilita sua venda. Além disso, demanda menos espaço do que a criação de gado, por exemplo. Com pouco espaço é possível plantar uma quantidade satisfatória.

O segundo motivo se dá pela produção de cafés tipo especial. Existe um mercado muito receptivo desse tipo. É importante salientar que estes tipos de cafés especiais, muitas vezes, têm um selo de sustentabilidade, de organicidade, de respeito à fauna e a flora local. Tudo isso de maneira mais ou menos efetiva é um entrave para as grandes plantações, sendo essa a justificativa também para a existência de inúmeros estabelecimentos produtores e não grandes produções de larga escala.

O Cultivo de café em Minas Gerais

Tabela 2 – Dez maiores municípios produtores mineiros de Café Grão (verde) - Arábica (ton) e dez maiores municípios em estabelecimentos de Café Grão (verde) - Arábica no Brasil

Municípios	Quantidade Produzida (ton.)	Municípios	Estabelecimentos
Patrocínio	56.607	Manhuaçu	2.743
Poços de Caldas	44.843,520	Campos Gerais	2.607
Três Pontas	30.245,289	Nova Resende	2.597
Boa Esperança	28.822,601	Simonésia	2.228
Campos Gerais	28.323,091	Divino	2.037
Machado	28.282,785	Santa Margarida	1.956
Araguari	27.549,480	Caratinga	1.794
Manhuaçu	26.306,745	Ervália	1.778
Nova Resende	23.386,772	Lajinha	1.683
Monte Carmelo	23.323,040	Poço Fundo	1.626

*Estabelecimentos com mais de 50 pés em 30 set. 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

A segunda tabela se refere, por um lado, aos dez maiores municípios produtores mineiros medidos pela quantidade em toneladas e, do outro lado, os municípios que possuem o maior número de estabelecimentos que cultivam o café. É imprescindível a análise de que todas essas cidades presentes nesta tabela são cidades mineiras. Com exceção de Campos Gerais e Nova Resende, as cidades que aparecem na primeira lista não aparecem na segunda. Na primeira lista, concentram-se as grandes fazendas cuja produção é em larga escala; a segunda, a produção proveniente da agricultura familiar. É importante pontuar que agricultura familiar pode remeter a produtores assentados como produtores não assentados.

O diferencial da região do Sul de Minas para a produção de café está no seu clima e na topografia adequados, além da boa infraestrutura de apoio existente, em termos de assessoria técnica, meios de comunicação e transporte facilitados, disponibilidade de insumos próximos, estrutura de comercialização e etc. Para os especialistas (CARVALHO JUNIOR, 2002; SOUZA, 1996) a importância produtiva do Sul de Minas está intrinsecamente relacionada à geografia física desse território, que exerce uma forte influência. Em especial, aptidão de clima e solo para maior produtividade e qualidade, infraestrutura das propriedades, profissionalismo do cafeicultor, sistemas de produção variados, qualificação de mão-de-obra, organização em cooperativas, geração de tecnologia,

assistência técnica competente, tradição e sustentabilidade. O relevo montanhoso é ideal para produção de café. Segundo a literatura existente, no Sul de Minas é de quatro mil cafeeiros por hectare, o que representa o sistema de cultivo semi-adensado. Apesar de ter um terreno com muito declive, os cafeicultores fazem muito uso da mecanização em suas lavouras. A região também se destaca como pioneira no cultivo de café orgânico.

Tabela 3 – Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Noroeste de Minas (Microrregião de Unai e na Microrregião de Paracatu), MG, em 2017

Microrregião de Unai	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Paracatu	Quantidade Produzida (ton.)
Arinos	-	Brasilândia de Minas	-
Bonfinópolis de Minas	1.309,500	Guarda-Mor	-
Cabeceira Grande	15.224,530	João Pinheiro	2.991,540
Buritis	815,000	Lagamar	18,240
Dom Bosco	-	Lagoa Grande	-
Formoso	512,280	Paracatu	1.666,740
Natalândia	-	Presidente Olegário	8.730,770
Unai	11.210,730	São Gonçalo do Abaeté	60,000
Uruana de Minas	-	Varjão de Minas	3.037,985
-		Vazante	...

*Estabelecimentos com mais de 50 pés em 30 set. 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

As regiões mineiras não obedecem a uma uniformidade em relação aos índices de cultivo de café, regiões próximas apresentam níveis de produção bastante distintos. Podemos afirmar essa constatação com base na tabela acima, que descreve a produção de café comparando duas microrregiões do noroeste do estado: Unai e Paracatu, ambas situadas na Mesorregião do Noroeste ⁴do estado. Sem embargo, situam-se próximas uma da outra, a primeira microrregião tem quase o dobro de toneladas de produção do que a segunda. A diferença pode ser explicada por meio de alguns fatores. O primeiro deles é o tamanho, a microrregião de Unai é maior que a de Paracatu, a economia da primeira microrregião se concentra em agropecuária e turismo, e, por último, a microrregião de Unai possui toda a

⁴ **Mesorregião do Noroeste de Minas Gerais** integra os municípios da Microrregião de Unai e a Microrregião Paracatu. A **Microrregião de Unai** integra os seguintes municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Cabeceira Grande, Buritis, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unai e Uruana de Minas. A **Microrregião de Paracatu** integra os seguintes municípios: Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Paracatu, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas e Vazante. Microrregião de Capelinha possui também grandes plantações, enquanto a segunda microrregião é composta majoritariamente por pequenos produtores familiares, o café produzido ali é para consumo local.

infraestrutura que propicia o plantio do café, uma vez que, ela é, segundo os dados do último censo, a maior produtora de grãos do Estado e possui mão de obra especializada, boas estradas para o escoamento, polos universitários de pesquisas específicos para o melhoramento do solo, otimização na produção, melhoramentos genéticos. Por outro lado, a microrregião de Paracatu tem sua economia um pouco mais diversificada, como extração mineral, turismo, agropecuária e fornecimento de energia. A região é menor e o índice de desenvolvimento das cidades pertencentes a essa região é como um todo inferior à primeira.

Ressalta-se, portanto, algo que, à primeira vista, aponta para uma contradição. As microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Uberlândia, Araxá e Uberaba), do Noroeste de Minas (Paracatu e Unaí) e do Sul/Sudoeste de Minas (Varginha e São Sebastião do Paraíso) estão entre as que possuem maior PIB Agropecuário de Minas Gerais (SILVA; FONTES; FONTES, 2011), mas nenhuma foi eficiente na maximização da produtividade e no aumento do número de pessoas ocupadas na agricultura familiar. Enquanto isso, a microrregiões do Jequitinhonha (Diamantina) e do Vale do Rio Doce (Ipatinga) estão entre as quatro microrregiões que possuem menor PIB Agropecuário de Minas Gerais (SILVA; FONTES; FONTES, 2011) e ainda são consideradas eficientes. Enquanto a pecuária é voltada para manejo extensivo, os produtos agrícolas são destinados, principalmente, para a subsistência dos pequenos produtores.

Existem diferenças pontuais entre as duas microrregiões analisadas aqui: Capelinha e Pedra Azul. Quanto mais ao norte, mais pobres e mais quentes são as regiões do Vale do Jequitinhonha. O cultivo de café para a exportação exige um clima frio com estações chuvosas, e a região não atende esses requisitos. Dessa forma, para o cultivo cafeeiro é preciso investir e isso eleva os custos. Essas regiões inseridas no vale do Jequitinhonha são regiões que, historicamente e por razões diversas, foram pouco desenvolvidas e apresenta, ou apresentaram em alguns períodos, índices referentes aos bolsões de miséria. A microrregião de Pedra Azul possui é composta por quatro cidades a microrregião de capelinha possui 14 cidades.

Tabela 4 – Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Jequitinhonha (Microrregião de Capelinha e na Microrregião de Pedra Azul), MG, em 2017

Microrregião de Capelinha	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Pedra Azul	Quantidade Produzida (ton.)
Angelândia	2.811,579	Cachoeira de Pajeú	3,975
Aricanduva	372,509	Comercinho	2,670
Berilo	1,150	Itaobim	-
Capelinha	4.560,704	Medina	0,690
Carbonita	0,495	Pedra Azul	4,640
Chapada do Norte	1,445		
Francisco Badaró	-		
Itamarandiba	937,790		
Jenipapo de Minas	0,900		
José Gonçalves de Minas	20,528		
Leme do Prado	0,490		
Minas Novas	243,273		
Turmalina	322,545		
Veredinha	18,810		

*Estabelecimentos com mais de 50 pés em 30 set. 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

A última tabela que trataremos neste bloco diz respeito a mais duas mesorregiões do Jequitinhonha⁵, a microrregião de Almenara e de Araçuaí. Elas se situam mais ao extremo norte e, de uma maneira geral, apresentam taxas de produção próximas. Nas duas regiões aqui mencionadas, destacam-se quatro cidades que produzem um número elevado de toneladas comparadas às outras cidades. Duas delas ficam na microrregião de Almenara: Divisópolis e Mata Verde. E duas na microrregião de Araçuaí: Carai e Novo Cruzeiro.

⁵ A Mesorregião Vale do Jequitinhonha está situada no nordeste do estado, sendo formado por 43 municípios divididos em 4 Microrregiões (Almenara, Araçuaí, Capelinha, Pedra Azul). A **Microrregião de Almenara** é formada pelos municípios de Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto. A **Microrregião de Araçuaí** é formada pelas cidades de Araçuaí, Carai, Coronel Murta, Itinga, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa. A **Microrregião de Capelinha** é formada pelos municípios de Angelândia, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, Veredinha. A **Microrregião de Pedra Azul** é formada pelos municípios de Cachoeira de Pajeú, Comercinho, Itaobim, Medina e Pedra Azul. Existia uma quinta microrregião, a Microrregião de Diamantina, que foi realocada para a região central. Com essa microrregião inclusa, o Vale do Jequitinhonha seria formado por 51 municípios. No entanto, ela não está mais permanecendo nesta formação, conforme a configuração do governo do Estado de Minas Gerais. Para conhecimento, a **Microrregião de Diamantina** é formada pelos municípios de Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves.

Tabela 5 – Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Jequitinhonha (Microrregião de Almenara e na Microrregião de Araçuaí), MG, em 2017

Microrregião de Almenara	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Araçuaí	Quantidade Produzida (ton.)
Almenara	80,940	Araçuaí	2,265
Bandeira	51,985	Carai	357,474
Divisópolis	510,648	Coronel Murta	-
Felisburgo	17,840	Itinga	-
Jacinto	-	Novo Cruzeiro	624,687
Jequitinhonha	22,255	Padre Paraíso	58,939
Joaíma	-	Ponto dos Volantes	27,373
Jordânia	-	Virgem da Lapa	-
Mata Verde	329,855		
Monte Formoso	19,795		
Palmópolis	-		
Rio do Prado	-		
Rubim	-		
Salto da Divisa	-		
Santa Maria do Salto	0,820		
Santo Antônio do Jacinto	-		

*Estabelecimentos com mais de 50 pés em 30 set. 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

Tabela 6 – Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Mucuri (Microrregião de Teófilo Otoni e na Microrregião de Nanuque), MG, em 2017

Microrregião de Teófilo Otoni	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Nanuque	Quantidade Produzida (ton.)
Ataléia	52,365	Águas Formosas	-
Catuji	64,345	Bertópolis	-
Franciscópolis	112,733	Carlos Chagas	-
Frei Gaspar	13,875	Crisólita	-
Itaipé	105,261	Fronteira dos Vales	-
Ladainha	117,074	Machacalis	-
Malacacheta	152,645	Nanuque	-
Novo Oriente de Minas	-	Santa Helena de Minas	-
Ouro Verde de Minas	48,369	Serra dos Aimorés	-
Pavão	-	Umburatiba	-
Poté	42,551		

Setubinha	624,316		
Teófilo Otoni	17,823		

*Estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

Conforme o demonstrado, podemos analisar a produção de Café Verde na Mesorregião Vale do Mucuri⁶. Nota-se a produção de café na microrregião de Teófilo Otoni e, do outro lado, a microrregião de Nanuque. Enquanto a primeira microrregião possui produtores que produzem entre 48 mil toneladas de café a 152 mil toneladas, a microrregião de Nanuque não tem produtores desse tipo de cultura. Atualmente, Nanuque possui três atividades econômicas principais: pecuária, produção de madeira e atividade sucroalcooleira. A atividade agropastoril tem sido a principal fonte de renda há décadas as outras cidades no entorno também se dedicam a atividades como estas e algumas pequenas variações.

Perfil dos produtores rurais de Minas Gerais

Tabela 7 – Caracterização e perfil dos produtores rurais em Minas Gerais.

Categoria de análise	-	Estabelecimentos/Pessoas	Percentual
Sexo	Masculino	518.582	85%
	Feminino	86.743	14%
Idade	Menor que 34 anos	46.200	5%
	35-64 anos	394.477	60%
	Maior que 64 anos	164.648	34%
Cor ou raça	Branca	345.117	57,01%
	Preta	40.775	6,74%
	Amarela	2.516	0,42%
	Parda	215.363	35,58%
	Indígena	1.554	0,26%
Pessoal Ocupado	Com laço de parentesco	1.202.934	66%
	Sem laço de parentesco	633.419	34%

*Estabelecimentos com mais de 50 pés em 30 set. 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

⁶ A **Mesorregião Vale do Mucuri** é formada por 23 municípios e por duas microrregiões: a) Microrregião de Teófilo Otoni e b) Microrregião de Manuque. A **Microrregião de Teófilo Otoni** é formada pelos municípios de: Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni. A **Microrregião de Manuque** é formada pelos municípios de: Águas Formosas, Bertópolis, Carlos Chagas, Crisólita, Fronteira dos Vales, Machacalis, Nanuque, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Umburatiba.

Como podemos acompanhar na tabela de 2017 a respeito do perfil dos produtores rurais, é perceptível, em uma análise inicial, constatar que a maior parte dos estabelecimentos rurais pertence a pessoas do sexo masculino. O perfil que se destaca é do trabalhador brasileiro, homem acima de 30 anos, em sua maioria de cor branca, seguido dos pardos, amarelos e, por último, os negros e indígenas.

Para compreender melhor os resultados dessa tabela, é importante fazermos uma pesquisa histórica e discutir brevemente a questão da Lei de Terras. No ano de 1850, foi promulgada a Lei de Terras, o que ocasionou uma transformação no campo. Essa lei foi um dispositivo legal que procurou regulamentar a questão fundiária no Império do Brasil. Em linhas gerais, a mesma determinou que a forma de acesso às terras devolutas do estado fosse através da compra ao estado. Ou seja, trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária. A Lei de Terras tornou, desde a promulgação, todas as terras consideradas devolutas (sem regularização) propriedade do governo. Para mais, caso um produtor rural quisesse ter acesso a terra, poderia ser feita através da compra. A população rural brasileira, principalmente desta época no final do século XVIII, era uma população pobre que não possuía poder aquisitivo para ter acesso a ela, limitando a posse a uma parcela específica. Essa legislação ora dificultou ora impediu o acesso à terra pela população negra, indígenas e aos imigrantes no primeiro momento. Apenas no Sul do território brasileiro houve uma ocupação pouco mais branda em relação ao resto do país, pois o governo receoso de perder suas terras incentivou anos mais tarde os minifúndios, abrindo para a comercialização de suas terras principalmente para imigrantes.

A questão da posse da terra no Brasil está associada muitas vezes à herança, à riqueza, e mesmo que desigual, com o passar dos anos, novos agentes foram adquirindo porções de terras, mas ainda assim, majoritariamente as propriedades rurais são hereditárias. Impedidos de terem acesso à terra, com o dispositivo legal de 1850, a população, na sua maioria composta por população rural, pobre, negra, indígena, ribeirinha ainda hoje sofre os impactos dessa jurisdição, pois, na configuração moderna agrária brasileira, são donos de pequenas e desvalorizadas porções de terras de modo geral.

Isso reforça nossa estrutura agrária, pois, no Brasil, encontra-se mais empecilho para ter posse de um pedaço de terra. Estes são alguns dos motivos que podem explicar com mais profundidade essa a tabela abaixo e os números apresentados nela.

Tabela 8 – Caracterização da escolaridade dos produtores rurais no Brasil

Escolaridade	Estabelecimentos	Percentual
Nunca frequentou escola	64.211	10,57%
Classe de alfabetização (CA)	33.754	5,56%
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	3.916	0,64%
Antigo primário (elementar)	204.718	33,70%
Antigo ginásio (médio 1º ciclo)	41.629	6,85%
Regular do Ensino Fundamental ou 1º grau.	105.112	17,30%
EJA e supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau	1.568	0,26%
Antigo científico, clássico, etc (médio 2º ciclo)	5.387	0,89%
Regular de Ensino Médio ou 2º grau	78.142	12,86%
Técnico de Ensino Médio ou do 2º grau	13.502	2,22%
EJA do EM	1.226	0,20%
Superior – graduação	49.273	8,11%
Mestrado ou Doutorado	2.896	0,48%
Não se aplica	2.232	0,371%

*Estabelecimentos com mais de 50 pés em 30 set. 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

O acesso pela população do campo à educação foi tratado pela autora Gonçalves (2016), em seu texto intitulado: “A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação do campo: a experiência do Programa Nacional de Educação na reforma agrária”. A autora enfatiza a situação de precariedade da educação brasileira, mais especificamente, a educação no campo. Mesmo contando com o amparo jurídico como garantia, esse direito ainda precisa de muitas ações para que se torne um direito realmente efetivo. A efetividade se dá de algumas maneiras, dentre elas, as políticas públicas que podem priorizar a melhor qualidade e a maior aplicabilidade e alcance da mesma no espaço rural.

A consolidação desse direito se torna viável com a reforma agrária, que para sua consolidação e estruturação, precisa contar com uma educação de qualidade. Essa via de mão dupla para acontecer necessita novamente do apoio estatal. O apoio estatal, muitas vezes, apresenta-se como débil e onipresente nesses espaços, sendo fundamental a luta dos movimentos sociais.

Apesar de precária, a educação no campo melhorou gradativamente nos últimos anos, porém é preciso salientar que fica à mercê das agendas políticas do executivo eleito naquele determinado período. Por isso, são importantes os movimentos sociais, pois, segundo a Gonçalves (2016) eles representam “interesses sociais legítimos e são importantes atores

político-sociais”. A pressão por eles exercida assegura não apenas a concretização de direitos fundamentais, mas, sobretudo, o desenvolvimento da democracia, tão cara às sociedades modernas.

A realidade educacional do campo possui entraves que determinam toda sua operacionalidade e expansão no nosso país. O principal problema é o financeiro, uma vez que os recursos repassados não são suficientes. É importante ressaltar que, além de recursos financeiros, faltam também profissionais da área da educação especializados e, muitas vezes, transporte para viabilizar o acesso público de qualidade.

Em adição a essas questões, outro fator determinante é o fechamento das escolas públicas do campo. Segundo o relatório de iniciativa global de estudantes fora da escola, lançado em 2012 pela UNICEF, em dez anos, 37 mil escolas rurais foram fechadas. Os profissionais da educação são unânimes ao afirmar que na área da educação, muitas vezes, há falta de profissionais docentes nas escolas, além da ausência de outras questões, tais como um projeto político pedagógico desenvolvido por esses professores, que enfatize e trabalhe da forma suficiente as especificidades da população do campo. Considera-se também importante a formação dos professores para a educação do campo e não no campo. Neste contexto, é muito comum a existência de turmas seriadas. Com isso, o professor precisa desenvolver uma temática que articule todos esses estudantes de diferentes séries que ocupam o mesmo espaço.

Caracterização dos estabelecimentos rurais do Brasil.

A partir das análises realizadas utilizando os dados do último censo, foi possível constatar que a maioria dos estabelecimentos rurais no país são dirigidos por pequenos e médios produtores rurais. Não é possível, a partir das leituras feitas sobre o tema, definir um tipo de agricultor familiar no Brasil, pois existem vários cujas características são diversas. No entanto, é possível delimitar características comuns nessas propriedades rurais, com base especialmente no âmbito jurídico brasileiro, a primeira delas é que a mão de obra é essencialmente familiar, cuja economia desta unidade gira em torno da agricultura ou pecuária (poucos animais) desenvolvendo processos de cunho mais sustentáveis e menos mercadológicos.

Tabela 9 – Caracterização dos estabelecimentos no Brasil

Categoria de análise	Dimensão	Estabelecimentos	Percentual
Uso de adubação	Não utiliza	261.609	43%
	Adubação química	176.016	29%
	Adubação orgânica	590.739	12%
	Adubação química e orgânica	94.809	16%
Uso de agrotóxico	Não utiliza	440.387	64%
	Utiliza	166.431	27%
	Não precisou no período	14.960	16%
Sistema de preparo do solo	Cultivo convencional	131.052	41%
	Cultivo mínimo	146.945	46%
	Plantio direto na palha	44.294	14%
Financiamentos	Obteve	96.352	16%
	Não obteve	511.205	84%
Finalidade do Financiamento	Investimento	62.763	51%
	Custeio	42.672	35%
	Manutenção	16.062	13%
	Comercialização	1.691	1%
Financiamento do Governo	Sim	60.007	62%
	Não	37.458	38%
Programas	Pronaf	45.149	81,90%
	Pronamp	2.899	4,80%
	Outro programa	7.638	12,28%

*Estabelecimentos com mais de 50 pés em 30 set. 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

Os dados acima revelam que a não utilização de adubos prevalece entre os estabelecimentos e ocupa mais da metade deles, sinalizando o total de 58%. Isso faz com que os outros dados se justifiquem, por apresentar que, em grande parte, pequenos agricultores não utilizam de agrotóxico, sendo este dado superior ao que sinaliza a utilização pelo mesmo grupo, o que normalmente ocorre em grandes fazendas de monocultura.

A maioria dos estabelecimentos rurais brasileiros não acessou ao crédito rural, isto porque essa política pública ainda é destinada a um grupo específico com poder aquisitivo maior. Os financiamentos e acesso às políticas públicas governamentais necessitam que as unidades familiares rurais sejam legalizadas, o que não acontece na maioria delas no Brasil, além de se exigir um valor mínimo de renda, o que impossibilita muitos agricultores a recorrerem a esses empréstimos.

Para entender melhor a tabela da caracterização de dos estabelecimentos rurais é de suma importância discutirmos um pouco sobre as três gerações das políticas públicas no Brasil e sobre o desenvolvimento das mesmas, principalmente do PRONAF. Apesar de atualmente existirem novos lugares que cultivam o café, as maiores plantações são antigas, tem uma importância na história do país, na política e na economia, e, de certa forma, esses os barões do café que depois viraram os grandes produtores, latifundiários foram àqueles produtores amparados pelas primeiras políticas do PRONAF e se beneficiam até hoje das mesmas.

Historicamente, no cenário brasileiro, as políticas públicas criadas e efetivadas no mundo rural foram feitas benefício da média e grande propriedade. Todo o projeto de modernização da agricultura brasileira que ocorreu nos anos 60,70 e 80 contou com uma forte participação do estado brasileiro. Ao longo destes anos, vale realçar cinco políticas públicas importantes nesse cenário: (1) Crédito Rural, o (2) Seguro agrícola, a (3) Assistência técnica e extensão rural que originou a Embater, (4) a Pesquisa Agropecuária que foi criada a Embrapa e por fim a (5) Política de Preço Mínimo. Esse foi o pacote de políticas públicas criadas nas primeiras décadas que beneficiou em grande medida os grandes e médios produtores, destacando especialmente os agricultores sulistas, os produtores de exportação e aqueles cuja mercadoria era essencial para a agroindústria.

Somente a partir dos anos 90 foram implantadas políticas públicas voltadas para agricultura familiar no país. Dentre elas, podemos salientar a criação da Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. Em 1995, esta criação foi fruto de mobilização social protagonizada pelos movimentos sindicais em grande medida organizados em torno do Grito da Terra Brasil.

À medida que o PRONAF foi ganhando mais espaço na agenda política dos governos e que, proporcionalmente a sociedade civil foi tomando conhecimento e reconhecimento da agricultura familiar, houve um conjunto maior de mudanças institucionais e de políticas públicas. Podemos pontuar algumas, como em 1989, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em 2016. A partir de 2003, houve no Brasil a criação de um amplo conjunto de políticas públicas criadas. É importante enfatizarmos o fato de que essas políticas públicas, em certa medida, tentaram abarcar a dimensão agrícola, social, e de infraestrutura. A consequência foi a redução da pobreza rural e da fome de forma expressiva nesse período após o conjunto de políticas públicas.

O primeiro conjunto de medidas criadas (como o PRONAF) foram medidas

direcionadas à produção. Quando da elaboração do PRONAF, logo se percebeu que somente este programa poderia reproduzir dentro da agricultura familiar mecanismos de exclusão. Desta maneira, em 1997, principia a emergência de um conjugado de políticas públicas com o viés mais social: Bolsa Família, Fome Zero e políticas Territoriais (criado em 2008 os Territórios da Cidadania), com a ênfase na estruturação de territórios vulneráveis economicamente e socialmente.

As políticas públicas elaboradas após 2003, em sua totalidade, articulam e dão destaque à segurança alimentar e nutricional, além de focar na sustentabilidade do meio rural. Esse novo enfoque é conhecido pela literatura rural como terceira geração de políticas públicas. O exemplo de políticas públicas criadas na terceira onda evidenciou o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). A mudança que ocorreu no Programa Nacional da Alimentação Escolar (2009) na qual se deve incorporar ao menos 30% de alimentos provenientes da Agricultura Familiar, e por último a Política de garantia de preços para produtos da sociobiodiversidade. Esse conjunto (terceira onda) dá um enfoque maior à sustentabilidade e segurança alimentar.

A primeira geração de políticas públicas tinha como finalidade fazer o Brasil produzir sempre mais para competir no mercado externo, com isso, o Estado injetou muito dinheiro para que conseguíssemos produzir e industrializar o país. Políticas públicas foram elaboradas a partir da década de 60 principalmente desenvolvidas com o objetivo de dar créditos rurais, trazer as pesquisas universitárias para o campo da produção rural em busca do melhoramento da produção. Em segundo lugar, o PRONAMP é um financiamento para investimentos dos médios produtores rurais em atividades agropecuárias.

Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que

garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

Tabela 10 – Caracterização da utilização das terras no Brasil

Categoria de análise	Dimensão	Hectares	Percentual
Utilização das terras	Pastagens	19.371.751.000	51%
	Matas/florestas	10.295.329.000	27%
	Lavouras	5.770.072.000	15%
	Outros	2.727.536.000	8%
Lavouras	Temporárias	4.015.732	70%
	Permanentes	1.740.888	30%
Pastagens	Plantadas em boas condições	11.738.687	61%
	Naturais	5.572.259	29%
	Plantadas em más condições	2.030.805	10%
Matas e/ou Florestas	Naturais (preservação permanente ou reserva legal)	1.208.945	12%
	Naturais	7.078.269	69%
	Florestas plantadas	2.012.115	20%

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2017)

A tabela acima se refere à utilização dessas terras no espaço rural mineiro. É possível compreender que a maior parte delas é destinada à pastagem, pois a carne bovina é um dos produtos mais importantes de exportação do país e ocupa a maior parte, já que exige espaço e é uma forma mais barata de investimento, pois o fazendeiro pode “soltar os bois”, como dizem as populações rurais, e deixar que a natureza faça o trabalho.

As lavouras estão em terceiro lugar e indicam a existência principalmente das grandes fazendas de commodities e das pequenas unidades produtivas, que, como foi visto anteriormente (principalmente em relação ao café), destaca-se sua importância econômica. As pastagens brasileiras são divididas em três categorias: natural, nativa e artificial. Elas são utilizadas nas propriedades a depender da criação, solo e clima da região e condições da propriedade. As pastagens naturais são as vegetações originais, nelas encontramos espécies de herbáceas, gramíneas, não gramíneas e arbustos. Já a pastagem artificial é composta de espécies exóticas ou nativas, onde já não existe a vegetação original. Este tipo de pastagem é dividido em permanente que podem durar até trinta anos e em temporárias que podem durar seis meses.

A escolha do tipo de forrageira utilizada dependerá do clima, solo, tipo de rebanho e condições do proprietário. Para maior sucesso na escolha é bom consultar um profissional, que irá indicar os tipos de forrageiras que melhor se adaptam à sua propriedade.

Estes são os três tipos de pastagens predominantes nas propriedades rurais brasileiras, com vistas à alimentação do gado. A origem ou o uso de cada uma delas, no entanto, depende

de fatores determinantes como o tipo de criação, utilização do solo e clima. Nas pastagens naturais, a vegetação é originária da região, contendo espécies diversificadas como herbáceas, gramíneas, não gramíneas e arbustos. Já as pastagens nativas, se referem às espécies que surgem de forma espontânea. Estas possuem valor nutritivo e surgem quando a vegetação originária é destruída. Temos ainda a pastagem artificial, cultivada pelo homem, por meio de espécies exóticas e variedades provindas de outras regiões.

Conclusão

Não podemos contar a história do Brasil sem mencionar a cultura cafeeira. A produção de café e seus desdobramentos em território nacional foram decisivos para adoção de políticas fiscais, de políticas de governos em benefício da cultura que com o passar dos anos se tornou a principal atividade do país depois do ciclo do açúcar. Conhecido como “ouro verde” é ainda hoje o principal produto agrícola de exportação do Brasil.

Apesar de apresentar índices elevados de produtividade em dez estados brasileiros, a produção de café se destaca em território mineiro, que é responsável por quase metade da produção nacional, a maior concentração das fazendas produtoras estão no sul do estado. Apesar de contribuir significativamente no PIB nacional, a produção de café em Minas Gerais apresenta de forma desigual.

Podemos perceber, ao longo do texto, que a cultura cafeeira é produzida tanto em grandes fazendas quanto em pequenas propriedades. Porém, a falta de tecnologia, o pouco incentivo do governo e os pequenos espaços para produzir são responsáveis por interferirem diretamente nos índices de produtividade. O cultivo de café, assim como de tantas outras culturas no país, evidencia que a produção nacional cafeeira está voltada ao comércio exterior, enquanto o consumo interno, em grande parte, é abastecido pela agricultura familiar que está situada em espaços menores, nem sempre em boas condições, utilizando pouca ou nenhuma tecnologia.

Com os dados obtidos a partir da análise do Censo, foi possível construir um perfil dos agricultores familiares de Minas Gerais. A maioria deles são homens que completaram o antigo primário, muitos destes sabem apenas escrever seu nome e não entendem tudo que leem. Para mais, vale ressaltar que a educação é fundamental em um contexto de exclusão e localização geográfica, pois apresenta ao produtor maiores possibilidades.

Em relação à preservação e conservação do meio ambiente, sabemos que atualmente

o agronegócio é o maior inimigo das áreas de preservação. O uso de agrotóxico é um ponto que merece ser discutido, pois, identificamos que 64% destes produtores não fazem o uso recorrente de agroquímicos. De maneira geral, a baixa utilização do agrotóxico possibilita um manejo mais sustentável da terra, diminui a possibilidade do aparecimento recorrente de pragas e da contaminação dos rios.

A porcentagem de acesso das políticas públicas pelo agricultor familiar acusados no Censo Agropecuário revela que forma de produção consome a maior parte dos recursos financeiros. O não acesso aos recursos oriundos desta política pública faz com que estes atores enfrentem maiores riscos, tenham maiores perdas além de não contar com assistência técnica e outros facilitadores para produção e comercialização deste produto.

Em suma, a maneira de reduzir este cenário desigual parte das efetivações para a democratização da terra, pois esta permite a democratização do campo, a inserção de novos agentes econômicos e a rotatividade do capital. Somado a estes pontos, faz-se de enorme importância a criação e atuação por parte do governo, atuando a favor da elaboração de políticas públicas que amparem o pequeno produtor e dê a ele condições de produzir em maior e melhor quantidade.

REFERENCIAS

CARVALHO J. C. de. **Efeito de sistemas de colheita na qualidade do café (*Coffea arabica* L.)**. 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2002.

CONAB. A safra paulista de café cresce mais de 29%. **Agência Brasil**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/safra-paulista-de-cafe-cresce-mais-de-29>. Acesso em: 09 jun. 2019.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar**. Brasília, DF: CONAB, 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

FREITAS, M. C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003.

GONÇALVES, E. D. A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação do campo: a experiência do Programa Nacional de Educação na reforma agrária. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 371-389, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00371.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Brasília, DF: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 06 maio 2019.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MORAES, A. C. R. **A fazenda de café**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MOREIRA, A. C. **História do Café no Brasil**. São Paulo: Magma Editora Cultural, 2007.

Rural Pecuária. Brasil: Mapa representativo das Regiões produtoras de Café. São José do Rio Preto: Rural Pecuária, 2005. Disponível em: <http://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/cafe/brasil- mapa-representativo-das-regioes-produtoras-de-cafe.html>. Acesso em: 09 jun. 2019.

SOUZA, S. M. C. **O café (Coffea arábica L.) na região Sul de Minas Gerais**: Relação da qualidade com fatores ambientais, estruturais e tecnológicos. 1996. 171 f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1996.

Como referenciar este artigo

ANTUNES, L. D.; REDIN, E. Vai um cafezinho aí? Agricultura familiar e agricultura empresarial na produção de café em Minas Gerais. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 11, n. 00, e022008, jan./dez. 2022. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v11i00.15356>

Submetido em: 09/08/2021

Revisões requeridas: 25/09/2021

Aprovado em: 10/11/2021

Publicado em: 30.06.2022